



A INVENÇÃO DA ARGENTINA: HISTÓRIA DE UMA IDEIA. UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO NACIONALISMO ARGENTINO, A LUZ DA OBRA DE NICOLAS SHUMWAY

Luiz Gustavo Bezerra de Melo

Advogado e Mestre em História pela UFPE

gustavo-melo@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho foi elaborado a partir da experiência de Nicolas Shumway, que em 1975 visitou a Argentina, tendo posteriormente escrito o livro “A invenção da Argentina: história de uma ideia”. Com grande êxito na Argentina, o livro teve sua primeira edição em espanhol em 1993, conseguindo grande repercussão em notas de jornal, resenhas e entrevistas. Recebeu também um prêmio pelo jornal norte americano *The New York Times* em 1991 como livro notável do ano. O livro busca identificar a formação da identidade do povo argentino, através de uma contextualização histórica, elaborada a partir dos diferentes posicionamentos de intelectuais, escritores e políticos argentinos do século XIX, e do conflito existente entre o centro argentino Buenos Aires e as demais regiões do País.

Palavras chave: Argentina; Nacionalismo; Identidade.

Introdução

A proposta desse artigo é de analisar a formação do nacionalismo argentino a partir da obra de Nicolas Shumway, *A invenção da Argentina: história de uma ideia*.

O Autor traz em sua obra a Argentina do século XIX que em sua perspectiva, viveram a peculiar mentalidade divisória criada por intelectuais argentinos, sendo eles os primeiros a formular os direcionamentos políticos e culturais do País.

Essa mentalidade ideológica criada por esses intelectuais foi herdada pela população, através de um ideal unificador. Em contrassenso, serviu como uma receita para uma sociedade de opositores embora diversos fatores devam ser levados em consideração, para se equacionar a complexa Argentina que veio de uma América hispânica, unida antes sob o mesmo vice-reinado, mas que após a abolição tornou-se um país com características próprias quando comparado com as demais colônias. Com o



objetivo de construir um modelo de nação, a Argentina durante o século XIX conviveu com as “ficções-diretrizes”.

As ficções que orientam as nações não podem ser comprovadas, são de fato, produtos tão artificiais quanto às ficções literárias. No entanto, são necessárias para dar aos indivíduos um sentido de nação, de povo, uma identidade coletiva e um objeto nacional. (SHUMWAY, 2008, p. 17)

Algumas incursões na história social devem ser consideradas para se entender a formação da Argentina, diante das variadas possibilidades de definição e delimitação que influenciam os diversos trabalhos produzidos pelos historiadores. Quando falamos de história social não há como deixar de referenciar a Escola dos *Annales*¹ com todo o seu significado e ambiguidades, como bem definiu Hebe Castro (1997).

Para a Autora, esse movimento surge como uma resposta à historiografia marcada unicamente por fatos, centrada em grandes acontecimentos. Inspirada pelos *Annales*, a História social tem como característica a interdisciplinaridade, novos problemas, métodos, abordagens e aproximação com a antropologia. “Esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente abordagens socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes” (Castro, 1997, p. 50).

Assim, decidimos focar nas discussões acerca das ideias relevantes para a criação da identidade nacional argentina, através de uma aproximação entre história e antropologia.

Seria enganoso, entretanto, imaginar que a história social se tenha desenvolvido nas últimas décadas de modo harmônico e homogêneo. A ênfase na cultura, uma relativa redução de escala de análise e a predominância de perspectivas antropológicas em relação às tendências sociologizantes do período anterior são características comuns que camuflam debates e uma imensa diversidade de objetos e abordagens. (CARDOSO, 1997, p. 50).

Na carência de mitos próprios ou mesmo na recusa deles, a identidade Argentina importou modelos trazidos da Europa e dos Estados Unidos, servindo de diretrizes para sua modernização e civilização.

¹ A Escola do *Annales* é um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX.



O termo a “invenção” da Argentina pode sugerir ao leitor, uma ideia equivocada de um País que construiu sua história sem identidade, sem divergências políticas, sem misturas étnicas. Mas para compreender melhor o caso argentino é necessário reduzir a escala que se utiliza na história geral aos preceitos da micro história, como uma forma de diminuir a margem erro.

Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam (...) A micro- história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença².

Esse método proposto pela micro-história consiste numa redução de escala do objeto em análise como uma estratégia para se entender o significado da pesquisa ampliada do contexto social, que lhe atribui sentido enriquecedor.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI, 1992, p. 158).

Costumeiramente se associa o nacionalismo ao movimento proposto pela Revolução Francesa muito embora, diversos fatores sejam determinantes na construção desse sentimento. No seu sentido mais amplo, a palavra nacionalismo vai designar uma postura mental, que confere a nação após a formação de seu processo histórico, um nível hierárquico de valores.

Para dialogar melhor com o termo nacionalismo devem-se levar em consideração duas importantes abordagens. A primeira enquanto ideologia que invertem a realidade pela constituição de seus mitos, já a segunda enquanto princípio político defensor da unidade nacional, congruente a unidade política.

Anthony Smith em seu livro *National Identity* traz o nacionalismo como uma ideologia da nação e não do Estado. Para o Autor, o nacionalismo é uma forma de

² Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - <http://história.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>.



cultura, sendo a nação um tipo de identidade cuja prioridade é um pressuposto dessa forma de cultura.

Entender a história da Argentina requer do historiador uma interpretação ampla acerca da história de toda a América Latina, mas como dito anteriormente, não deixando de observar as particularidades que envolveram a construção desse nacionalismo mesclado de conceitos locais e correntes teóricas advindas da realidade europeia, ou mesmo influenciado amplamente por ela.

O presente artigo se utilizará dos elementos de formação da identidade nacional para compreender numa escala menor uma região, e se apropriará das estratégias empregadas pelas políticas de identidade para fazer uma leitura da constituição e do sentimento de pertencimento do território nacional argentino, que buscou reafirmar sua identidade por meio da reivindicação de forças históricas locais.

A colonização espanhola e a formação da Argentina

No processo de colonização espanhola na América, o vice-reinado do Rio da Prata foi o último fundado pela Espanha. Distante da Europa e sem possuir metais preciosos, a região não atraiu o interesse espanhol que permitiu durante muitas décadas, a ampla autonomia de seus colonos.

Somente quando cresceu o contrabando realizado pelos portugueses na bacia da platina, a partir da retirada da prata extraída da Bolívia é que os espanhóis despertaram interesse ao extremo sul da América, fundando ali um vice-reinado (1776) que incluía parte da Bolívia, acrescido de territórios que hoje compreendem o Uruguai, Paraguai e a Argentina.

Durante o processo administrativo espanhol não existiu uma unidade burocrática entre as colônias que se mantiveram separadas, tendo como vínculo apenas a subordinação diante da metrópole. Diante disso, os laços mais fortes de identidade foram construídos com a Europa e não entre os vice-reinados, o que facilitou a fragmentação com a metrópole.

As colônias espanholas foram projetadas com vistas à expansão do império espanhol, de modo que se tornaram cultural, econômica e politicamente dependentes da pátria-mãe. Não se pretendia que tivessem um sentido de identidade nacional, mas que fossem apenas extensões da Espanha, fiéis na



política, na fé religiosa e no pagamento de impostos. (SHUMWAY, 2008, p.17)

A dificuldade em assegurar a hegemonia espanhola sobre suas colônias deveu-se a uma burocracia altamente centralizada e com pouca agilidade, devidos aos inúmeros cargos políticos e eclesiásticos preenchidos por nomeação que vinham diretamente da Espanha, em particular da cidade de Madri.

O descumprimento das ordens emitidas pela Metrópole eram tão constantes que a frase “obedeço, mas não cumpro” caracterizou todo o período entre os colonizadores e os *criollos*³ desobedientes, cuja insubordinação não foi suficiente para colocar em risco a autoridade da Coroa e de seus representantes.

Devido os estreitos laços entre a Espanha e suas colônias, às ideias de nacionalidade começaram a surgir apenas no fim do século XVII, pouco antes dos movimentos de independência.

Grande parte do movimento de independência das colônias espanholas se deu quando Napoleão invadiu a Espanha prendendo Fernando VII. A partir de então, o movimento separatista entre as colônias e a Metrópole espanhola se concretizou por eventos externos como este, e não por um movimento reivindicatório iniciado nas colônias.

Após a independência, uma guerra civil se instalou complicando ainda mais a organização política da região. Precisando definir-se como unidades político-administrativas autônomas foi necessária à criação de ficções-diretrizes de povo e nação, para que se pudesse alcançar o mesmo consenso ideológico que sustentava outras regiões do mundo. Somente a partir dessas ideias foram criados países como Venezuela, Guatemala, Colômbia, Bolívia e Argentina.

Cem ou mesmo cinquenta anos antes da independência, ninguém nessa área sonhava que um dia elas se tronassem novas nações diferenciadas por um destino próprio, Em nenhuma delas existia um mito de identidade nacional que unisse seus habitantes sob uma ideologia comum. (SHUMWAY, 2008, p.26)

A construção das identidades tem como base fundamental para fomentar esse sentimento de união, a ideia de um passado comum. Não há como negar o passado

³ Descendentes dos colonizadores.



histórico das colônias frente à dominação da Coroa espanhola, mas dentro do contexto latino-americano, essa construção se torna um problema com poucos elementos de solução. Mesmo com o movimento de independência de 1810, os países criados foram mal preparados ideologicamente para definir uma nação. O sonho da criação de um grande Estado pan-americano envolvendo todos os Países formados após a independência fracassou. Após uma guerra civil entre *criollos*, o continente mergulhou numa luta entre as facções da elite.

Sem um poder central que pudesse conter os conflitos, o continente se fragmentou cada vez mais: “Uruguai e Paraguai separaram-se da Argentina, o que, pela lógica, deveria ser um único país, situado na América Central, desagregou-se em sete Estados”. (Shumway, 2008, p. 29).

A Argentina que é o segundo maior país da América do Sul, tem sua nomenclatura associada com a prata, cuja nomenclatura latina é o *argentum*. Diferente de outros países que passaram pelo domínio espanhol, a Argentina não possuía ouro ou prata, sendo seus nativos quase sempre nômades.

Assim, o termo “Argentina” reflete um paradoxo: o país recebeu o nome da prata, mineral nela inexistente, enquanto o que possuía de mais abundante, uma rica potencialidade agrícola, deixou de ser reconhecido por quase três séculos. (SHUMWAY, 2008, p.32).

No entanto a potencialidade de Buenos Aires se destacou, passou a ser um centro comercial onde contrabandistas ingleses e holandeses constantemente realizavam comércio, descumprindo a legislação mercantil e realizando contatos de negócios com os *porteños*⁴.

Devido ao comércio que foi se consolidando em Buenos Aires, com as trocas comerciais, rotas de navios e tráfico negreiro, foi-se formando uma burguesia liberal que tinha como inspiração o liberalismo proposto por Adam Smith. Essas ideias liberais surgem a partir da invasão inglesa de 1806, cujo objetivo foi anexar Buenos Aires ao seu domínio econômico na tentativa de quebrar o monopólio comercial do governo espanhol.

Diante da invasão inglesa duas formas de pensamento se formaram entre os argentinos. A primeira se apresentando com uma burguesia liberal que via a Europa

⁴ Habitantes da cidade portuária de Buenos Aires.



como uma referência daquilo que poderia ser consolidado na Argentina, com a defesa de um Estado centralizado sob o controle portenho. A segunda com o nacionalismo em suas várias vertentes, preconizando a valorização da cultura popular, dos gaúchos e às vezes dos indígenas, rejeitando o ideal europeu. É nesse contexto que Buenos Aires se consolida frente às demais regiões do país com duas formas de pensar a nação.

A importância dos intelectuais e políticos para a construção da identidade argentina

A identidade nacional começa a ser construída no século XVIII, sendo plenamente desenvolvida a partir do século XIX. Anteriormente a esse período, em qualquer lugar do mundo, não se pode falar em nações propriamente ditas. Como fora dito por Renan, a identidade nacional é feita de “um rico legado de lembranças” aceito por todos (Renan, 1947, p. 903). Ela é uma herança “simbólica e material” (Thiesse, 1999, p. 12). Assim “pertencer a uma nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum, reconhece-lo, reverenciá-lo” (Thiesse, 1999, p. 12). A formação da nacionalidade é, portanto, a construção de uma identidade.

A nação nasce de “um postulado de uma invenção” (Thiesse, 1999, p. 13), ela apresenta um conjunto de elementos simbólicos e materiais, que constituem a formação da identidade de um povo, buscando através de preceitos históricos, econômicos e culturais a formação de suas características fundamentais.

Uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (THIESSE, 1999, p. 14).

No caso da Argentina a nação foi “inventada” a partir de diversos pensadores que contribuíram para a criação política e ideológica desse povo.

O primeiro importante pensador que tentou desenhar a identidade Argentina, foi Mariano Moreno. Incorporou as contradições de seu país ajudando-o em sua fundação, sendo o mais original dentre os demais pensadores, aquele que mereceu um lugar de destaque na criação das ficções-diretrizes, envolvendo os heróis argentinos.



Era um homem nervoso, influenciado por escritores iluministas como Jean Jacques Rousseau. Moreno trazia como aparato intelectual, temáticas que envolvem: contrato social, pureza natural e soberania popular. Apesar de sua aproximação com as ideias iluministas, que lhe rendeu um aprofundamento na retórica francesa, manteve-se como um católico devoto e autoritário até a morte.

Dentre as diversas obras de Moreno, devem-se incluir relatórios jurídicos, discursos, artigos de jornal, cartas, decretos, um polêmico tratado político, e o prefácio à sua tradução do *Contrato social* de Rousseau.

Foi um dos responsáveis pela produção de mitologias nacionais, como o mal político, sendo o “mal” construído a partir de uma perspectiva cristã. Trouxe também a ideia do “inimigo” como alguém que deveria ser eliminado pela morte ou por exílio, demonstrando seu posicionamento autoritário e violento.

Apesar de sua base teórica ser liberal, defendeu a tendência de uma Argentina que valorizasse o Estado, mesmo que isso significasse uma intervenção do Estado nas relações de trabalho, comércio e economia, gerando uma contradição entre seus escritos e sua vida prática. Diante dessas contradições, os historiadores argentinos ainda não chegaram a um consenso sobre a importância de Moreno.

É difícil avaliar a importância de Mariano Moreno na história da Argentina. Suas atitudes radicais não tardaram a afastá-lo dos elementos menos extremistas da Junta, e forma estigmatizadas por oligarcas conservadores. Seu nome, contudo, permanece vivo aos olhos do público graças às histórias dos livros escolares que o pintam invariavelmente como um herói esclarecido, ponto de vista cuja sobrevivência demonstra que poucos ainda leem todo a sua obra. (SHUMWAY, 2008, p.73-74).

Após a morte de Moreno, uma linha opositora ao chamado “morenismo” surgiu encabeçada por Cornelio Saavedra, em um movimento que ficou conhecido como “saavedrismo”. Com uma tendência federalista e populista, o saavedrismo surge pregando a autonomia provincial, conservadorismo e o nacionalismo, em oposição a uma elite cosmopolita e intelectual centralizada em Buenos Aires:

Para os federalistas portenhos, a autonomia significava preservar a receita aduaneira da cidade portuária, derivada das tarifas aplicadas às importações e exportações; além disso, os federalistas de Buenos Aires tendiam a ser mais conservadores, mais católicos, mas hispânicos. Para as províncias do interior e do “Litoral”, o federalismo significava resistir às tentativas de concentrar o



poder em Buenos Aires e, em seu melhor aspecto, defender os direitos dos pobres e humildes. Apesar dessas diferenças, duas versões do federalismo geraram ficções-diretrizes para justificar sua pretensão ao poder, algumas das quais vou chamar de “populistas” por falta de melhor termo. (SHUMWAY, 2008, p.80).

O termo “populismo” pode levar a ideia de um governo de multidões com poucos intelectuais. Mas na prática, esse “populismo” utilizado pelo Autor, faz menção a três principais características: democracia liberal, o ideal federalista e o nativismo popular representado pelos *gauchos* e pelas classes humildes.

Dois são os representantes dessas raízes do populismo argentino, o político José Artigas (1764-1850), um uruguaio que articulou as ideias do federalismo e da democracia radical e Bartolomé Hidalgo (1788-1822), um poeta, também uruguaio, conhecido como o inventor da poesia gauchesca, sendo o primeiro a apresentar imagens concretas do gaúcho do rio da prata com objetivos nitidamente políticos.

No que concerne à causa federalista, José Artigas foi o principal porta-voz. Possuía um pensamento político democrático que seguiu até as últimas consequências, por ser um grande admirador da Revolução Americana. Atuou como tenente-coronel do exército patriótico, na tentativa de conter o movimento de independência uruguaio, além de defender a inclusão dos índios como parte do povo, que para ele seria formado por humildes, africanos, cafuzos, *gauchos* e índios. Artigas é um dos personagens da história argentina que trouxe ficções-diretrizes antiliberais, protecionistas, populistas, nativistas e personalistas que definiram os elementos presentes na nação argentina.

Bartolomé Hidalgo é outro populista que apresentava voz e rosto, sendo menos abstrato que Artigas. Um escritor que representava bem o *gaúcho* patriota, tendo como imagem o camponês argentino, associado a um repositório mítico típico dos anos de 1810. Hidalgo traz em seus textos, a ideia do *gaúcho* como o formador da Argentina autêntica, verdadeiro símbolo de uma nação emergente. Trouxe um lugar na ficção-diretriz do país gente comum, pobres do campo, mulatos e não-elite.

Numa outra linha os chamados “rivadavianos” foram um grupo de unitários portenhos reunidos em torno de Bernardino Rivadavia, um “morenista” que liderou um breve governo que renunciou todas as atitudes significativas das classes liberais e educadas do país, “no liberalismo de Rivadavia, são elas mesmas (as classes populares)



que devem melhorar sua condição, utilizando para isso os instrumentos que a economia lhes proporciona”. (Shumway, 2008, p. 123).

Entre os historiadores argentinos, não há um consenso acerca de Rivadavia e dos rivadavianos. Para alguns, ele foi o primeiro a modernizar a sociedade argentina, tendo fracassado somente por ser demasiadamente progressista. Em contraste, outros historiadores sejam de direita ou esquerda, consideram o primeiro a abrir as portas da Argentina para a Grã-Bretanha em nome do livre comércio, o que gerou um “venda” da pátria.

Outro líder político importante para a construção do nacionalismo político da Argentina, foi Juan Manuel de Rosas. Um ditador que em 7 de março de 1835, apoiado pela burguesia latifundiária, impôs uma ditadura sem imposição de força ou golpe, mas pelo consenso e concordância do legislativo e da população, que estavam exauridos pela guerra e pela anarquia.

Entre os anos de 1852-1854, a ditadura de Rosas e derrubada por Justo José de Urquiza, com a ajuda do Brasil, sendo esse um dos capítulos mais importantes da história da Argentina. Nesse período será formulado o pacto de São Nicolau, a secessão de Buenos Aires da República, a convocação de uma assembleia constituinte e uma grande evolução cultural no país.

As tentativas de reconciliação entre os provinciais e os *portenhos* trouxeram novas discussões acerca da identidade nacional. De um lado, o escritor e político Juan Bautista Alberdi que apoiava Urquiza e defendia a “tradição popular”, o “nacionalismo” e posicionava-se contra os ideais do liberalismo e a favor dos *caudilhos* e *gaúchos*. Do outro, Domingo Faustino Sarmiento contra Justo José de Urquiza, este último militar e político defensor de que o melhor para a Argentina seria o “modelo europeizado” da civilização e do progresso.

Bartolomé Mitre foi político, militar e escritor que se tornou Presidente da Argentina no período de 1862 a 1868. Como escritor, escreveu para o diário chamado de *El Progreso* criado por Domingo Faustino Sarmiento. Mitre pregou pela indivisibilidade territorial dos países da América, defendendo o direito do livre pensamento para os estrangeiros, desde que esses pensamentos não atentassem contra os países que os acolhiam.



Traduziu também ao espanhol a Eneida de Virgílio e a Divina Comédia de Dante. O seu jornal também traduziu para o espanhol em 1906 o livro Esaú e Jacó de Machado de Assis, sendo também fundador do jornal *La Nación*.

Em 12 de outubro de 1862 Mitre toma posse como Presidente da Argentina, mantendo uma relação de indiferença com os demais países latino-americanos, tentando impor a eles o liberalismo econômico. No transcorrer de seu mandato presidencial foi iniciada a guerra do Paraguai, maior conflito armado da história da América do Sul travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança formada por Argentina, Brasil e Uruguai.

Inicialmente, Mitre se utilizou da guerra para atacar os *gaúchos*, exilar inimigos políticos e fazer fortuna com a venda de ouro, cavalo e carne. Contudo, a guerra contra o Paraguai gerou fortes protestos sociais de cidadania, incentivadas pela oposição de intelectuais e jornalistas à guerra, o que levou Mitre a processar aqueles que se manifestavam contra a guerra e censurar jornais adversários. “Por infelicidade, Mitre decidiu fazê-lo aliando-se ao Brasil, decisão que teria consequências trágicas para a região e produziria um mal irreparável a sua presidência”. (Shumway, 2008, p. 298)

Diante da grande oposição e a insatisfação popular, Mitre entregou a presidência ao seu sucessor Domingo Faustino Sarmiento Albarracín que governou no período de 1868-1874. Durante sua presidência a guerra do Paraguai se encerra, havendo a incorporação de parte do território paraguaio ao que hoje corresponde a província argentina de Formosa.

Considerações finais

Para boa parte dos autores que tratam de nacionalismo, o sentimento nacional foi difundido na Europa a partir da Revolução Francesa e das invasões napoleônicas do século XVIII. As ideias iluministas influenciaram não só a Europa, como países que foram colonizados e influenciados pelos europeus.

O liberalismo econômico como unidade fundamentada em um Estado que segue a vontade coletiva, acrescido de liberdade e fraternidade, serviram como direcionamento na formação de nações, cujos países aplicaram preceitos europeus a seus modelos culturais.



Mas pensar na Argentina como sendo uma mera reprodução desses preceitos vindo da Europa, pode limitar o cientificismo e toda a formação histórica do povo argentino.

A aproximação entre história e antropologia é fundamental para se entender a complexidade de fenômenos envolvidos na formação da identidade nacional argentina. E diante disso deve-se elencar o importante papel da micro história quando surgem dúvidas sobre a validade de processos que partem da macro análise do social (Ginzburg, 1987).

O livro a invenção da Argentina: História de uma ideia, nos mostra que as culturas nacionais devem ser pensadas como uma construção histórica, que envolve preceitos étnicos, políticos e sociais.

O Nacionalismo argentino como nos traz a obra em análise é “antes de qualquer coisa, nativista, orgulhoso da herança hispânica do país e sua mistura étnica”. (Shumway, 2008, p. 369). Entender a identidade nacional argentina, nos remeter a ideia proposta por Chartier acerca de representações:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Através desse conceito, Chartier elabora a representação como instrumento teórico-metodológico capaz de investigar um campo histórico particular, internalizando simbolicamente as lutas pelo poder e a dominação por determinados grupos.



Essas representações coletivas expressam uma série de tensões que de alguma forma, equilibram as dicotomias existentes entre o estruturalismo e a filosofia do sujeito, tão presentes na formação da identidade Argentina. A identidade nacional é uma representação constituída por determinados grupos, que tem interesse em impor sua visão ideológica.

Analisar a história da Argentina, no remete as diversas formas de pensamento construído ao longo dos anos através de grupos que possuíam influencia sobre a população se utilizando das ficções-diretrizes.

Benedict Anderson ao tratar das comunidades imaginadas, seu caráter real ou surreal afirma: “As comunidades imaginadas se distinguem não pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”. (Anderson, 2008: 33).

O autor nos dá a ideia de uma nação sendo imaginada como comunidade, no momento em que se estabelece a ideia de um senso coletivo, independentemente das desigualdades e hierarquias que constituem a coletividade. Essa nação é imaginada por ter valor simbólico para seus compatriotas.

Ela é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p.32)

O nacionalismo argentino foi construído a partir da forma como foi imaginado, com líderes fortes, através de um caráter protecionista, isolacionista, liberal, amplo, vago e europeizante.

Ao desvendar o contexto histórico da Argentina, observa-se que o movimento de formação do nacionalismo não se deu como algo natural. Na verdade foi um modelo pensado pelos intelectuais responsáveis pela formulação da identidade, representadas por discursos, escrita e imposição de visão política/ideológica.

Esses pensadores construíram os ideais da nação argentina, elaborando conceitos culturais, posteriormente transformados em conceitos políticos.

Mas acreditar que os intelectuais argentinos seriam os únicos responsáveis pela formação dessa identidade nacional seria um grande equivoco, pois em diversos momentos da história argentina do século XIX, o modelo de identidade nacional imposta pelo Estado, foi insuficiente caso não estivessem presentes a cultura e o apoio popular.



Crescentemente este Estado era obrigado a ouvir a as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, por que seu arranjo político lhes havia dado voz – geralmente através de várias espécies de representação eleita – e/ou porque o Estado precisava de seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. (HOBSBAWN, 2008, p.101).

Hobsbawm (2008) traz o nacionalismo como uma ideologia, salientando que a nação pertence a um período recente de sua história, se baseando não no efeito da cultura sobre a estrutura social, mas na história de suas ideias.

O nacionalismo argentino foi pensado, adaptado e modelado ao longo dos anos. Nos períodos mais conturbados de sua história, pudemos observar os diversos modelos de identidade que foram surgindo. Então seria equivocado, pensar na “invenção” da Argentina como algo despropositado, que fosse incapaz de explicar a construção histórica do nacionalismo ao longo de todo o século XIX.

Essa criação dos “heróis” intelectuais argentinos, enquanto construções simbólicas foram fundamentais para a constituição de uma comunidade imaginada. A criação dos Mitos estabelece uma comunicação coletiva criando uma ponte entre a imaginação e a realidade dos grupos sociais. Para Miceli (1991) um herói é um mito, uma pessoa especial, forjado no imaginário coletivo, representando a comunidade que o forjou mais do que a si mesmo.

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, seus inimigos, e organizam seu passado, presente e futuro [...] o imaginário social é construído e se expressa por ideologias e utopias, mas também, por símbolos, alegrias, rituais, mitos. Esse, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, torna-se elementos poderosos de projeção de interesse, aspirações e medo coletivo. (CARVALHO, 1990, p. 10).

A manipulação do imaginário social foi de grande importância no desenvolvimento dos ideais nacionalistas argentinos, pois é a partir de momentos de mudanças sociais e políticas, que as identidades coletivas tendem a se reorganizarem e se redefinirem.

Para o que se propõe em sua obra Nicolas Shumway demonstrou grande profundidade nas discussões históricas, políticas e econômicas que envolvem a construção desse nacionalismo argentino. E não ficou preso somente a essas premissas,



deu voz através da memória às minorias que foram silenciadas ao longo do tempo, demonstrando toda a complexidade daquilo que ele intitula como “invenção da Argentina”.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.): **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARR, Eric H. *Nationalism and After*. Londres, Macmiliam, 1945.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. 2ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa, Gradiva, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, António. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.

HOBSBAWM, Eric. TERENCE, Ranger. **A invenção das tradições**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 5ª ed. São Paulo: PAZ e Terra, 2008.

KOHN, Hans. **A era do nacionalismo**. Rio de Janeiro e São Paulo, Fundo de Cultura, 1963.



LEVI, Giovanni. **Sobre a Micro-História**. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992.

MARX, Karl. “**O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**”. In: *Marx*. Coleção os Pensadores. São Paulo, Editora Abril, 1974.

RENAN, Ernest. *Oeuvres complètes*. Paris: Calmann-Lévy Éditeurs, 1947. t. I.

SCHULZE, Hagen. **Estado e Nação na História da Europa**. Lisboa, Editorial Presença, 1997.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: História de uma idéia**, tradução Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo; Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

SMITH, Anthony. *National Identity*. London, Penguin books, 1991.

STALIN, Josef. “**Contra Bauer: o conceito de nação**”. In: Jose Paulo Netto (org). *Stalin. Política*. São Paulo, Editora Ática. 1982.

THIESSE. Anne-Marie. *La création des identités nationales*. Europe XVIII e-XXesiècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.